

GT 41

Desigualdades, Finanças Familiares, Género e Poder

Gestão das Finanças Conjugais em Tempo de Crise Económica *(Couples' money management arrangements in times of economic crisis)*

Alexandra Ferreira-Valente

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal; Universidade Lusíada de Lisboa, Portugal
mafvalente@gmail.com

Lina Coelho

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal; Faculdade de Economia, Universidade de
Coimbra, Portugal
lcoelho@fe.uc.pt

Resumo: Nas últimas décadas têm-se vindo a multiplicar estudos sobre as formas de gestão dos orçamentos conjugais, com particular ênfase para a relação entre a gestão financeira, as desigualdades de género, e a variabilidade daquela gestão em diferentes épocas e culturas. Em Portugal conhece-se ainda pouco acerca desta realidade. Este estudo visa analisar os modos de gestão das finanças dos casais portugueses e fatores seus correlacionados em tempos de crise económica, bem como o poder marital e os papéis de género. Cerca de 1000 membros de casais heterossexuais, em idade activa, com filhos dependentes, completaram o questionário do estudo. Este texto apresenta resultados daquele estudo, recorrendo à tipologia de Jan Pahl aplicada ao caso português. Analisam-se eventuais consequências da atual crise económica sobre os referidos padrões de gestão.

Palavras-chave: Finanças familiares, modalidades de gestão, crise económica, casais portugueses, casais com filhos

1. Introdução

A forma como os casais gerem as suas finanças tem implicações na qualidade de vida das famílias, e de cada um dos seus membros, na medida em que determina o tipo e grau de influência de cada indivíduo sobre as decisões familiares. De facto, o modo como cada casal gere o orçamento familiar determina o grau de autonomia, bem-estar e satisfação de cada elemento da família (Ashby e Burgoyne, 2008; Burgoyne et al. 2007; Pahl 1995; Sonnerberg, 2008; Vogler e Pahl, 1993). Não é pois de estranhar que este tema tenha vindo a constituir objeto de estudo para diversas ciências sociais, em diferentes contextos nacionais e culturais, nas últimas 3 décadas (Bennett, 2013; Coelho et al. 2014). A relevância desta investigação resulta também reforçada pelo seu potencial para informar escolhas políticas em domínios diversos como a providência social, a família e o casamento. O estudo da gestão das finanças conjugais beneficiou de forma significativa do trabalho de Jan Pahl e Carolyn Vogler e, em particular, da tipologia de formas de gestão proposta por estas autoras (Pahl, 1989, 1995, 2008; Vogler, 2005; Vogler e Pahl, 1993, 1994; Vogler et al. 2008), que tem vindo a ser aplicada a múltiplos contextos nacionais (Burgoyne et al. 2007; Heimdal e Houseknecht, 2003; Kenney, 2006; LudwigMayerhofer et al. 2011; Nagy et al. 2012; Oropesa et al. 2003; Vogler et al. 2006, 2008). Apesar das críticas e adaptações a que tem sido sujeita a tipologia em causa, os resultados obtidos pelas autoras britânicas tem vindo a ser confirmados, de modo geral, em vários países ocidentais.

A tipologia em causa prevê 6 modalidades diversas, e mutuamente exclusivas, de gestão das finanças conjugais (ver Coelho, 2013; e Coelho et al. 2014 para uma revisão compreensiva do tema). São elas: *joint pooling*, traduzido por Coelho (2013) como *gestão conjunta*, *partial pooling* (*gestão conjunta parcial*), *female whole wage* (*gestão integral pela mulher*), *male whole wage* (*gestão integral pelo homem*), *housekeeping allowance* (*mesada para o governo da casa*) e *independent management system* (*gestão independente*). Segundo as autoras, na *gestão conjunta* os cônjuges juntam os rendimentos, têm igual acesso aos mesmos e as despesas são da responsabilidade de ambos. A *gestão conjunta parcial* refere-se às situações em que o casal apenas junta uma parte dos seus rendimentos pessoais, e cada um dos cônjuges reserva uma parte do rendimento para as despesas e poupanças pessoais, dividindo as despesas comuns. Na *gestão integral pela mulher* o homem fica com uma parte do seu rendimento para si e entrega o restante à mulher, ao qual esta adiciona o seu próprio rendimento (se existir), sendo a mulher responsável pela gestão deste rendimento conjunto. A *gestão integral pelo homem* caracteriza a forma de gestão inversa à anterior, em que o homem tem responsabilidade exclusiva pela gestão das finanças familiares. A *mesada para o governo da casa* corresponde a situações em que o homem/mulher entrega à/ao cônjuge um montante de valor fixo, com o qual esta/este realiza todas as despesas correntes da casa. Na *gestão independente* ambos os cônjuges auferem um rendimento próprio, que mantém totalmente separado, e cada um é responsável por assegurar diferentes categorias das despesas do agregado.

Sucessivos estudos demonstraram que a escolha de um destes sistemas de gestão, em detrimento dos outros, é influenciada por características diversas do casal e da respetiva família, como sejam, a composição do agregado familiar, o estatuto da relação conjugal e outras (Ashby e Burgoyne, 2008; Burgoyne et al. 2010; Heimdal e Housekecht, 2003; Kenney, 2006; Martínez et al. 2004; Vogler et al. 2008), ou a homogamia em termos de idade, educação, rendimentos e situação profissional dos cônjuges (Laporte e Schellenberg, 2011; Ludwig-Mayerhofer et al. 2006; Vogler e Pahl, 1993; Vogler et al. 2008), ou ainda as ideologias, valores e práticas sociais relativas ao género e ao casamento prevaletentes na sociedade ou grupo social a que o casal pertence (Ashby e Burgoyne, 2008; Laporte e Schellenber, 2011; Vogler e Pahl, 1993). Assim, em traços largos, a *gestão integral pela mulher* e a *mesada para governo da casa* são mais comuns entre casais casados, idosos, com baixos níveis de escolaridade e rendimento médio-baixo, com mulher doméstica, e em que tende a prevalecer a ideologia do homem provedor do sustento da família (cf. Quadro 1; Coelho et al. 2014). Por outro lado, é entre os casais casados, com rendimento mais elevado, mas cuja mulher é doméstica ou trabalha a tempo parcial, que a *gestão integral pelo marido* é mais frequente (*ibidem*). Já a *gestão conjunta* é mais comum entre casais casados com filhos, em que ambos os cônjuges trabalham a tempo completo, dando lugar a contribuições quase igualitárias para o rendimento conjunto. Nestas situações tende a prevalecer uma representação do casamento como comunhão/partilha, a par com a valorização de igualdade de género (*ibidem*). Finalmente, a *gestão conjunta parcial* e a *gestão independente* tendem a ser mais frequentes em casais jovens, casais em coabitação ou união de facto, recasados ou sem filhos, sobretudo tratando-se de cônjuges com o ensino superior e emprego a tempo completo e, por consequência, maior rendimento. Em consonância, estes casais tendem a nutrir ideologias de *coprovisão* no casamento e igualdade de género, em conjunto com individualismo (*ibidem*).

Apesar da forte congruência dos resultados encontrados na literatura, são, contudo, de admitir, mudanças nos modos de gestão financeira familiar associadas às evoluções culturais, socioeconómicas e ideológicas, que ocorrem segundo padrões específicos e a ritmos diferenciados em diferentes países, como postula a própria Jan Pahl (2008). Os países do Sul da Europa, como Portugal, merecem a este propósito, uma atenção particular, na medida em

Quadro 1

Formas de Gestão das Finanças Familiares e Características da Família/Casal, Homogamia Socioeconómica e Ideologias

	<i>Gestão integral pela mulher</i>	<i>Mesada para governo da casa</i>	<i>Gestão integral pelo homem</i>	<i>Gestão conjunta</i>	<i>Gestão conjunta parcial</i>	<i>Gestão independente</i>
Idade dos Cônjuges	Casais jovens (< 30 anos) ou de meia idade (> 40 anos)	Casais de meia idade ou idosos (> 40 anos)	Casais de meia idade ou idosos (> 40 anos)	Casais com idades compreendidas entre 30 e 40 anos	Casais jovens	Casais jovens
Escolaridade dos Cônjuges	Escolaridade Baixa	Escolaridade Baixa	-	Os cônjuges têm o ensino superior, e o homem tem um nível de escolaridade superior ao da mulher	Os cônjuges têm o ensino superior	Os cônjuges têm o ensino superior, e o homem tem um nível de escolaridade superior ao da mulher
Estatuto da Relação	Casais casados	Casais casados	-	Casais casados	Casais em coabitação ou união de facto e casais recasados	Casais em coabitação ou união de facto e casais recasados
Composição do agregado familiar	-	-	-	Casais com filhos	Casais sem filhos	Casais sem filhos
Situação Profissional da Mulher	É doméstica ou tem um emprego com rendimento baixo	É doméstica ou tem um emprego a tempo parcial com rendimento baixo	É doméstica ou tem um emprego a tempo parcial com rendimento baixo	Tem um emprego a tempo completo	Tem um emprego a tempo completo	Tem um emprego a tempo completo
Rendimento familiar	Médio	Baixo	Elevado	Qualquer	Qualquer	Médio/Alto
Contributo da mulher para o rendimento do casal	Não tem ou é inferior ao do homem	Não tem ou é inferior ao do homem	Não tem ou é inferior ao do homem	Inferior ou semelhante ao do homem	Semelhante ou superior ao do homem	Semelhante ou superior ao do homem
Ideologia / Valores	Tradicional	Tradicional	Tradicional	Igualitária; Ideologias da <i>coprovisão</i> e da partilha/comunhão	Igualitária; Ideologias da <i>coprovisão</i> e individualismo	Igualitária; Ideologias da <i>coprovisão</i> e individualismo

Fonte: autores

que se distinguem pela manutenção de laços de solidariedade familiar intra e intergeracionais muito fortes, patentes, por exemplo, na co-residência intergeracional (Isengard e Szydlík, 2012; Jappens e Van Bavel, 2012). Por outro lado, as dinâmicas socioeconómicas recentes nestes países resultaram numa coexistência de valores e práticas divergentes. Por um lado, prevalecem ainda o *familialismo* e papéis de género tradicionais, por outro, emergiram lógicas de meritocracia e individualismo, ideologias de igualdade de

género e de *coprovisão* (Aboim, 2005, 2011; Crompton e Lyonette, 2007; Wall, 2007). É de admitir que esta coexistência, mais ou menos conflitual, de diferentes representações e práticas no que respeita aos papéis de género e ao casamento, seja especialmente marcada na sociedade portuguesa. De facto, a revolução de Abril de 1974 veio desencadear um processo de mudanças sociais rápidas, muito evidentes nas práticas e papéis de género, com destaque para a entrada progressiva e sustentada das mulheres, sobretudo das mães, no mercado de trabalho e a tempo completo. É assim de admitir que os ganhos de autonomia económica das mulheres daí decorrentes tenham implicado mudanças significativas também no domínio das práticas financeiras dos casais (Coelho e Ferreira-Valente, 2014). Contudo, estas alterações deverão assumir modulações várias em função do contexto socioeconómico e cultural específico, não sendo de esperar que se manifestem com igual intensidade e abrangência em diferentes grupos e espaços da sociedade.

O estudo das formas de gestão das finanças familiares mereceu, até ao momento, pouca atenção da investigação sobre a família em Portugal. São, no entanto, de referir os contributos de Delaunay (2000), Nagy et al. (2012) e Coelho (2013). Tais autores fazem uma análise exploratória do tema.

O estudo aqui apresentado ocorreu no âmbito do projecto “*Finanças, Género e Poder: Como estão as famílias portuguesas a gerir as suas finanças no contexto da crise?*”. Trata-se de um projeto que parte das perspetivas propostas pelas sociólogas britânicas Jan Pahl e Carolyn Vogler, adotando como ponto de partida a sua tipologia de gestão financeira familiar (Pahl, 1989, 1995, 2008; Vogler, 2005; Vogler e Pahl, 1993, 1994; Vogler et al. 2008) para caracterizar os modos de gestão das finanças dos casais heterossexuais portugueses, identificar eventuais padrões de género nas decisões financeiras das famílias e avaliar os impactos da crise económica nesta dimensão da vida familiar.

Numa primeira fase, a equipa de investigação procurou explorar a aplicabilidade da referida tipologia à realidade dos casais portugueses, a prevalência de cada modalidade de gestão e a sua relação com um conjunto de características sociodemográficas, familiares e económicas (Coelho, 2013; Coelho et al. 2014; Ferreira-Valente e Coelho, 2014). Para tal recorreu-se a uma fonte secundária de informação, o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento do INE (ICOR 2010), cujo módulo anual especializado de 2010 focou a partilha de recursos no seio dos agregados domésticos privados (ADP). No geral, os resultados encontrados para uma amostra de 3331 ADP compostos por, pelo menos, um casal heterossexual estão em linha com a evidência empírica patente na literatura (Kenney, 2006; Laporte e Schellenber, 2011; Lauer e Yoadanis, 2011; Vogler et al. 2006). Assim:

- (1) a maioria dos casais (64,5%) declarou juntar os seus rendimentos, tratá-los como recursos comuns e geri-los, pelo menos parcialmente, em conjunto (“*gestão conjunta*” e “*gestão conjunta parcial*”);
- (2) quase 30% dos casais declarou usar as modalidades de *gestão integral pela mulher* (10,7%) ou *pelo marido* (18,9%);
- (3) apenas um pequeno grupo de casais declarou usar a modalidade de *mesada para governo da casa* (3,2%) ou a *gestão independente* (2,8%).

A *gestão conjunta* revelou-se mais comum entre os casais com filhos dependentes, com rendimento por adulto equivalente acima da média da amostra, e quando os cônjuges tinham rendimentos semelhantes ou o homem tinha rendimento apenas ligeiramente superior ao da mulher. Por outro lado, esta forma de gestão era menos frequente nos casais de formação recente e em famílias alargadas ou com filhos adultos. Estes grupos de casais eram, de resto, também aqueles em que prevalecia a *gestão conjunta parcial*. Já a *gestão independente* revelou-se mais frequente em casais recompostos, recentemente formados, em união de facto, ou vivendo em áreas urbanas. A *gestão integral* e a *mesada para o governo da casa* evidenciaram-se mais frequentes em casais idosos, eventualmente inseridos em famílias alargadas, e naqueles com maiores diferenciais de rendimento entre os cônjuges.

Numa segunda fase do trabalho, de que o presente texto é subsidiário, pretendeu-se: (1) aprofundar o estudo sobre as formas de gestão dos orçamentos familiares pelos casais portugueses com filhos dependentes; (2) testar correlações entre as diversas modalidades de gestão e as características sociodemográficas, familiares e económicas relevantes encontradas em estudos anteriores, nomeadamente os que usaram dados do ICOR 2010; (3) avaliar se, e de que forma, a atual crise económica está a afetar as estratégias de gestão financeira familiar. Com efeito, as perdas de poder de compra das famílias decorrentes da crise (devidas a desemprego,

diminuição dos rendimentos ou aumento dos encargos), conduzem à necessidade de adoção de estratégias de adaptação orçamental que podem afetar também os modos de gestão das finanças familiares, incluindo eventuais alterações nos padrões de género dentro do casal.

2. Método

2.1. Participantes

Com vista à consecução dos objetivos enunciados, aplicou-se um inquérito por questionário a uma amostra tendencialmente representativa da população do estudo, tomando como referência os dados dos *Censos* de 2011, no que respeita a casais entre 30 e 50 anos de idade, por área de residência¹ e nível de escolaridade. A dimensão da amostra foi determinada por recurso ao cálculo do tamanho da amostra proporcional à população² (cf. Ott e Longnecker, 2010) para uma margem de erro de 5%, resultando numa amostra esperada de 977 participantes. A tabela 1 apresenta os números, esperado e efetivado, de participantes por NUTS II.

Tabela 1. Composição Esperada e Efetiva da Amostra

	N.º Absoluto de casais, entre 30 e 50 anos de idade (Censos, 2011)	<i>n</i> esperado	<i>n</i> observado
Norte	476 596	361	376
Centro	273 750	261	271
Lisboa	314 692	287	226
Alentejo	20 635	25	43
Algarve	22 291	27	32
Açores	4 721	6	33
Madeira	9 489	11	20
TOTAL	1 265 166	977	1001

Fonte: autores

Foi então construída uma amostra não probabilística por quotas, composta por 1001 membros de casais heterossexuais portugueses, a viver com pelo menos um filho dependente, em que pelo menos um dos cônjuges tinha entre 30 e 50 anos. As tabelas 2 e 3 resumem as características sociodemográficas dos cônjuges e dos respetivos agregados domésticos.

Como pode ser visto, a amostra é relativamente equilibrada quanto ao sexo dos respondentes, sendo 57,8% do sexo feminino. A idade média dos inquiridos situa-se em 40,4 anos para as mulheres (SD=6,1) e 42,2 para os homens (SD=6,6). A maioria dos cônjuges eram trabalhadores a tempo completo (83% e 76%, respetivamente, para homens e mulheres). Apenas 10% dos homens e 12% das mulheres declarou encontrar-se desempregado, sendo que em 19 casais ambos se encontravam desempregados. Verifica-se homogamia na escolaridade dos cônjuges em cerca de metade da amostra, sendo que nos restantes a mulher detém escolaridade mais elevada em 33,7% dos casos. Na sua maioria os casais são casados (78,8%), vivendo apenas com filhos menores de 18

1 Área de residência é aqui definida de acordo com a *Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos II* (NUTS II), segundo o disposto no Decreto-Lei n.º 244/2002.

2 O tamanho da amostra e de cada um dos conglomerados é dado pela expressão $n = \frac{t^2 p e}{e^2}$, onde n é o tamanho da amostra, $t=1,96$ (para um intervalo de confiança de 95%), e designa a margem de erro admitida, e p corresponde à proporção de sujeitos que cumprem os critérios de inclusão para cada conglomerado.

anos (79,3%). Cerca de 59% dos participantes vive apenas com um filho. As famílias alargadas representam 9,7% do total da amostra e as famílias recompostas correspondem a 22,5%. Mais de 56% dos casais auferem um rendimento mensal igual ou inferior a 1400€, 12% auferem menos de 700€ mensais. O rendimento médio por adulto equivalente da amostra é 771,7€ (SD=447,5).

Tabela 2. Características Sociodemográficas dos Cônjuges

	n	%
Sexo do Participante		
Feminino	579	57,8
Masculino	422	42,2
Escolaridade da Mulher*		
Nível 0 e 1	203	20,4
Nível 2	221	22,2
Nível 3	241	24,2
Nível 5 e 6	331	33,2
Escolaridade do Homem*		
Nível 0 e 1	256	25,7
Nível 2	203	20,4
Nível 3	285	28,6
Nível 5 e 6	251	25,2
Situação Profissional da Mulher		
Trabalhadora a Tempo completo	762	76,3
Trabalhadora a Tempo Parcial	57	5,7
Desempregada	121	12,1
Outra	59	5,9
Situação Profissional do Homem		
Trabalhador a Tempo completo	825	82,5
Desempregado	102	10,2
Outra	73	7,3

Nota: Níveis de escolaridade segundo a *International Standard Classification of Education* (UNESCO, 2011).

Fonte: autores

Embora em 643 casais (64%) ambos estejam empregados a tempo completo, observam-se desigualdades no contributo dos cônjuges para o rendimento familiar. Com efeito, em 440 casais a mulher tem rendimento inferior ou muito inferior ao seu cônjuge, e em 86 a mulher não

Tabela 3. Características Sociodemográficas dos Casais e do Agregado Familiar

	n	%	<u>M</u>	<u>SD</u>
Estatuto da Relação Conjugal				
Casado	779	78,8	-	-
União de facto (legalmente reconhecida)	101	10,2	-	-
Coabitação	109	11,2	-	-
Casal Recompuesto				
Casal Não Recompuesto	766	77,5	-	-
Casal Recompuesto	222	22,5	-	-
Composição do Agregado Familiar				
Pais com filhos dependentes (< 18 anos)	794	79,3	-	-
Pais com filhos dependentes (≥ 18 anos)	110	11	-	-
Famílias Alargadas	97	9,7	-	-
Número de Filhos (< 18 anos)			1,5	0,6
1 criança	516	58,9	-	-
2 crianças	303	34,6	-	-
3 ou + crianças	57	6,5	-	-
Rendimento do Agregado (por escalões)				
< 700€	117	11,8	-	-
701€ a 1400€	443	44,5	-	-
1401€ a 2500€	317	31,9	-	-
2501€ a 3500€	78	7,8	-	-
> 3500€	40	4	-	-
Rendimento por Adulto Equivalente	-	-	771,7	447,5
Educação Relativa do Casal				
Nível de Escolaridade da Mulher é Muito Inferior	40	4,1	-	-
Nível de Escolaridade da Mulher é Inferior	159	16,3	-	-
Nível de Escolaridade semelhante	499	51,1	-	-
Nível de Escolaridade da Mulher é Superior	240	24,6	-	-
Nível de Escolaridade da Mulher é Muito Superior	89	9,1	-	-
Situação Profissional do Casal				
Ambos Trabalham a TC	643	64,2	-	-
Homem Trabalha a TC, Mulher Doméstica	24	2,4	-	-
Homem Trabalha a TC, Mulher em Outra Situação	156	15,6	-	-
Mulher Trabalha a TC, Homem em Outra Situação	119	11,9	-	-
Ambos Desempregados	19	1,9	-	-
Outra	40	4,0	-	-

Contributo para o Rendimento do Casal				
Homem não tem rendimento	47	4,7	-	-
Mulher tem rendimento muito superior	49	4,9	-	-
Mulher tem rendimento superior	148	14,8	-	-
Rendimento é semelhante	227	22,8	-	-
Mulher tem rendimento inferior	325	32,6	-	-
Mulher tem rendimento muito inferior	115	11,5	-	-
Mulher não tem rendimento	86	8,6	-	-

Legenda: TC - “Tempo Completo”

Fonte: autores

tem qualquer rendimento. Estes 526 casais perfazem 53% da amostra, contra 23% com rendimentos semelhantes e 24% em que a mulher tem rendimento superior ao do cônjuge.

2.2. Material

O questionário de auto-resposta utilizado foi construído para a finalidade deste estudo, e incluía 54 perguntas fechadas e semifechadas, subdivididas em 6 áreas temáticas (*cf.* Coelho et al. 2014), versando as seguintes dimensões: características sociodemográficas dos cônjuges e do agregado familiar, formas de gestão das finanças familiares, divisão do trabalho não pago, rendimento do agregado familiar, transferências intergeracionais, qualidade de vida associada à saúde e mudanças ocorridas no contexto da crise.

Características sociodemográficas. Esta área temática compõe-se de 18 perguntas fechadas ou semifechadas acerca dos cônjuges (sexo, idade, estatuto da relação, relações conjugais anteriores e número de filhos dessas relações, escolaridade, situação profissional, percepção de felicidade individual) e do agregado familiar (composição e valor mensal mínimo para fazer face às despesas).

Formas de gestão das finanças familiares. Incluem-se nesta área temática perguntas acerca dos modos de gestão dos rendimentos pelo casal, a partir da adaptação da pergunta correspondente do *International Social Survey Programme* de 2012 (ISSP 2012). Os participantes foram também inquiridos sobre eventuais alterações à forma de gestão do orçamento familiar ao longo do tempo, proporção do rendimento pessoal segregado do dinheiro comum, acesso a contas bancárias e a cartões de crédito e forma de gestão das finanças familiares usada pelos pais do/da respondente, num total de 9 perguntas.

Rendimento do agregado familiar e transferências intergeracionais. As 6 questões incluídas nesta secção incidiram sobre a composição e fontes do rendimento familiar, e a existência de transferências intergeracionais (dinheiro e géneros recebidos/dados e respetivo destino/origem).

2.3. Procedimento

O questionário utilizado foi construído com base em questionários de inquéritos nacionais e europeus, entre os quais: a *European Social Survey*, o ISSP 2012, o ICOR 2010 e respectivo módulo temático sobre a partilha de recursos no seio do agregado doméstico privado, a versão portuguesa do *Hospital Anxiety e Depression Scale* (Pais-Ribeiro et al. 2007; Zigmond e Snaith, 1983), e a versão portuguesa do *SF-8* (Ferreira, 2000; Pais-Ribeiro, 2005; Ware e Sherbourne, 1992).

A construção e adaptação do questionário seguiram o procedimento proposto por Pais-Ribeiro (1999). Na primeira etapa definiram-se os constructos e variáveis a avaliar. Com base na literatura existente e nos instrumentos utilizados em estudos anteriores, procedemos à construção ou adaptação e listagem dos itens a incluir, à redação da folha de rosto e das instruções do questionário. O questionário foi, depois, submetido à apreciação

de um painel de especialistas, para avaliação da validade facial do instrumento. Após adaptação, inclusão ou eliminação de itens da primeira versão, chegou-se a uma versão de consenso. Esta foi então submetida, em formato de papel e lápis, a aplicação pré-teste com *cognitive debriefing* a uma amostra de 15 participantes pertencentes à população do estudo (George *et al.* 2014), com o objetivo de avaliar a compreensibilidade e acessibilidade das instruções e dos itens. Após alterações daí resultantes, a nova versão foi aplicada a uma amostra piloto de 98 indivíduos. Os resultados obtidos foram submetidos a nova apreciação do painel de especialistas, segundo a Técnica de Delphi (Todd e Bradley, 1994). Feitas pequenas alterações adicionais, chegou-se à versão final, e consensualizada, do instrumento.

O estudo e questionário foram, finalmente, divulgados em versão electrónica (<http://www.ces.uc.pt/questionarios/index.php?sid=169471&lang=pt>) através de mensagem de correio eletrónico enviado a *mailing lists* chave de abrangência nacional. A recolha de dados por via electrónica decorreu entre 1 de Março e 31 de Agosto de 2014, tendo sido complementada com a recolha de dados em versão papel e lápis, na fase final da aplicação, com a finalidade de corrigir enviesamentos de amostragem e garantir o preenchimento aproximado das quotas esperadas por região geográfica e nível de escolaridade.

Análise Estatística. Começou-se por caracterizar a amostra e a distribuição das variáveis através de estatísticas descritivas. Para avaliar se a escolha das formas de gestão dos orçamentos familiares depende das características sociodemográficas dos cônjuges ou do casal recorreu-se ao teste do Qui-Quadrado, como descrito por Maroco (2014). Em casos de não verificação de todos os pressupostos deste teste, previu-se o recurso ao teste do Qui-Quadrado por Simulação de Monte Carlo. Eventuais diferenças de médias do rendimento por adulto equivalente dos agregados familiares em função das formas de gestão das suas finanças foram avaliadas através da análise de variância (ANOVA *one way*). Para tal, procedeu-se à verificação dos pressupostos da normalidade e da homogeneidade das variâncias através da análise da curtose (*Ku*) e assimetria (*Sk*), com valores de *Ku* e *Sk* inferiores a 2 a indicar ausência de violação severa do pressuposto da normalidade, e do teste de Levene (*ibidem*). Em caso de violação do pressuposto da homogeneidade das variâncias, previu-se utilizar a correção de Welch. Perante um eventual efeito das formas de gestão sobre o rendimento por adulto equivalente, previmos usar o teste HSD de Tukey para avaliar as diferenças entre grupos (*ibidem*). As análises estatísticas foram realizadas com recurso ao *software* IBM SPSS Statistics v. 20. Admitiu-se uma probabilidade de erro tipo I (α) de 0,05.

3. Resultados e Discussão

3.1. A Gestão das Finanças dos Casais Portugueses com Filhos

Nas tabelas 4 a 6 apresentam-se as frequências relativas, tabelas de referência cruzada e resultados dos testes do Qui-Quadrado para avaliar se as formas de gestão dos orçamentos familiares dependem das características sociodemográficas dos agregados familiares em análise.

Tabela 4. Formas de Gestão do Orçamento Familiar Segundo o Sexo do Respondente (%)

	FWW	MWW	HKA	JP	PP	IMS	Chi ² sig.
Total	4,7	4,4	3	55,9	11,4	20,7	-
Sexo do Respondente							<0,001
Feminino	6,2	4,0	1,8	52,5	11,8	23,8	
Masculino	2,6	4,8	4,8	60,5	11,0	16,4	

Fonte: autores

À semelhança dos resultados encontrados anteriormente em amostras de casais portugueses, espanhóis, britânicos, norte-americanos, canadianos e suecos (Coelho, 2013; Ferreira-Valente e Coelho, 2014; Heimdal e Houseknecht, 2003; Kenney, 2006; Laporte e Schellenber, 2011; Martínez et al. 2004; Pahl, 2008) a gestão conjunta é a forma de gestão financeira adotada pela maioria dos casais (55,9%). Este é pois um resultado transversal a diferentes culturas e países. Ainda assim, a sua prevalência varia em função dos contextos socioeconómicos, culturais e regionais, como veremos de seguida. De facto, esta escolha é mais frequente entre casais casados, no Norte e Centro do país, entre casais de classe média e média-baixa (tomando como referência o rendimento mensal e a escolaridade), e em casais com rendimentos semelhantes, que trabalham a tempo completo. Por outro lado, esta modalidade de gestão é significativamente menos frequente em casais em coabitação, em casais com relação frágil com o mercado de trabalho (desempregados ou noutra situação profissional), e em casais com contributos individuais muito díspares para a formação do rendimento familiar. Esta modalidade é também relativamente menos frequente em famílias com rendimentos elevados e nas regiões do Algarve e Ilhas. Estes são resultados consistentes com os que já tínhamos encontrado aquando da análise dos dados do ICOR 2010 (Coelho, 2013; Coelho et al. 2014;

Tabela 5. Formas de Gestão do Orçamento Familiar e Características Sociodemográficas dos Cônjuges (%)

	FWW	MWW	HKA	JP	PP	IMS	Chi ² sig.
Total	4,7	4,4	3	55,9	11,4	20,7	-
Sexo do Participante							<0,001
Feminino	6,2	4,0	1,8	52,5	11,8	23,8	
Masculino	2,6	4,8	4,8	60,5	11,0	16,4	
Escolaridade da Mulher*							<0,001
Nível 0 e 1	10,6	6,5	9,0	58,3	3,5	12,1	
Nível 2	6,4	6,0	1,8	65,1	6,9	13,8	
Nível 3	2,5	2,5	2,5	56,5	11,3	24,7	
Nível 5 e 6	1,5	2,8	0,6	48,0	19,6	27,5	
Escolaridade do Homem*							<0,001
Nível 0 e 1	12	6,8	6,8	58,6	4,8	10,8	
Nível 2	3,5	4,5	2,5	63,2	7,5	18,9	
Nível 3	2,5	3,9	1,8	58,5	11,3	22	
Nível 5 e 6	0,8	2,4	1,2	44,4	21,2	30	

Fonte: autores

Ferreira-Valente e Coelho, 2014). As associações encontradas entre variáveis estão também em linha com os resultados de Pahl e Vogler (1993) e de outros autores (Kenney, 2006; Vogler et al. 2008; Yodanis e Lauer, 2007), o que parece permitir uma generalização transnacional das conclusões. A elevada prevalência de casais que coabitam com filhos adultos a adotarem esta modalidade de gestão excede o esperado, se considerarmos os resultados por nós encontrados anteriormente. Pensamos que esta divergência pode ser explicada pelas diferenças metodológicas entre ambos os estudos. Com efeito, o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento solicita a identificação das pessoas do agregado responsáveis por gerir o dinheiro do mesmo. Diversamente, neste estudo, inquirimos especificamente acerca da forma como os cônjuges gerem o rendimento do casal. Considerando agora a gestão conjunta parcial (11%) e a gestão independente (21%), ou seja, formas de gestão dos orçamentos familiares que envolvem alguma segregação dos rendimentos dos cônjuges (parcial no primeiro caso, total no segundo), concluímos que elas abrangem, em conjunto, cerca de um terço dos casais inquiridos. Trata-se de situações em que é de esperar que a igualdade de género, por um lado, e a autonomia/

independência de cada cônjuge, por outro, sejam especialmente valorizadas pelos membros do casal (Laporte e Schellenberg, 2011; Raijas, 2011). De acordo com a literatura disponível (Lewis, 2001; Joseph e Rowlingson, 2001; Vogler *et al.* 2008), podem também corresponder a casais jovens ou recompostos que optam por uma atitude de precaução perante a possibilidade de dissolução de uma relação que não estão seguros de ser permanente. Os resultados apresentados nas tabelas 3 e 4 parecem confirmar estas afirmações, já que ambas as formas de gestão são relativamente mais frequentes em casais em coabitação vivendo na região de Lisboa ou mais a Sul (e na Região Autónoma da Madeira), e em casais com escolaridade e rendimentos mais elevados. Trata-se pois de casais mais jovens, escolarizados e urbanos, entre os quais é de esperar uma prevalência da ideologia de igualdade de género e da afirmação da independência e individualismo sobre o familialismo e a ideologia tradicional da comunhão no casamento (Aboim, 2011; São José, 2012). Os valores do rendimento por adulto equivalente confirmam que se trata de opções associadas a níveis médios de vida superiores. Os resultados estão também em linha com aqueles encontrados por Vogler e Pahl (1993), Heimdal e Houseknecht (2003) e Laporte e Schellenber (2011). Com efeito, em coerência com os nossos resultados, estes autores observaram que a probabilidade de os casais optarem por alguma segregação dos seus rendimentos aumenta à medida que aumenta a escolaridade dos cônjuges, bem assim como a participação da mulher no mercado de trabalho e, conseqüentemente, o seu contributo para o rendimento do casal. A segregação dos rendimentos é, aliás, segundo estes autores, mais provável à medida que o rendimento das mulheres aumenta e que cresce o diferencial entre os rendimentos dos cônjuges. Os dados da tabela 4 confirmam que estas formas de gestão são, de facto, mais prevalentes quer em casais cujas mulheres têm rendimento superior ao do cônjuge, quer naqueles em que a mulher tem rendimento (muito) inferior. Por outro lado, estas duas formas de formas de gestão são menos frequentes nos casais com filhos adultos e em famílias alargadas, de rendimentos e escolaridade baixos, sobretudo no Norte ou nos Açores e na Madeira (no caso da gestão conjunta parcial), e naqueles em que ambos estão desempregados ou em que um dos cônjuges não tem rendimento próprio.

A prevalência destas duas formas de gestão (gestão independente e gestão conjunta parcial) na nossa amostra é, contudo, um resultado inconsistente com os resultados encontrados em países do Ocidente. Tudo somado, a prevalência de 32% destas formas de gestão nesta nossa amostra, e de 26% encontrada no estudo que realizámos com os dados do ICOR 2010 (Ferreira-Valente e Coelho, 2014), é superior às encontradas naqueles outros países. Com efeito, se bem que a prática de alguma forma de segregação dos rendimentos tenha vindo a aumentar (Pahl, 2008), a incidência destas formas de gestão (quando tomadas em conjunto), na última década, varia entre os 15% nos Estados Unidos da América (Kenney, 2006), 23% no Canadá (Laporte

Tabela 6. Formas de Gestão Financeira segundo as Características do Casal (%)

	FWW	MWW	HKA	JP	PP	IMS	Chi² sig.	F sig.
Total	4,7	4,4	3	55,9	11,4	20,7	-	
Estatuto da Relação Conjugal							<0,001	
Casado	4,3	4,1	2,3	59,2	11,4	18,7		
União de facto (legalmente reconhecida)	7,0	7,0	4,0	50	9	23		
Coabitação	5,9	2,9	6,9	33,3	15,7	35,3		
Casal Recomposto	7,4	6,9	4,2	49,1	8,8	23,6	0,01	
Casal Não Recomposto	4,0	3,7	2,6	57,4	12,3	20		
Composição do Agregado Familiar							0,03	
Pais com filhos dependentes (< 18 anos)	4,3	4,3	2,2	55,2	12,5	21,5		
Pais com filhos dependentes (≥ 18 anos)	4,6	3,7	5,6	63,9	5,6	16,7		
Famílias Alargadas	7,4	5,3	7,4	52,6	9,5	17,9		
Área de Residência*							<0,001	
Norte	3,8	5,1	3,2	63,3	8,3	16,4		
Centro	3,8	2,6	2,6	58,3	11,7	21,1		
Lisboa	4,5	3,6	1,8	48,4	16,1	25,6		
Alentejo	2,4	-	-	56,1	12,2	29,3		
Algarve	6,3	3,1	9,4	40,6	18,8	21,9		

Açores	18,2	21,2	12,1	24,2	9,1	15,2		
Madeira	15	5	-	45	5	30		
Rendimento do Agregado (por escalões)							<0,001	
< 700€	7,2	9,9	8,1	56,8	4,5	13,5		
701€ a 1400€	6,8	5,3	3,4	60,5	8,2	15,8		
1401€ a 2500€	1,6	2,2	1,3	52,4	14,9	27,6		
2501€ a 3500€	3,8	1,3	-	44,9	21,8	28,2		
> 3500€	-	-	2,5	50,0	20	27,5		
Rendimento por Adulto Equivalente	580,5 ^a	549,7 ^a	564,6 ^a	745 ^b	970,4 ^c	871 ^c		<0,001
Educação Relativa do Casal							<i>n.s.</i>	
Situação Profissional do Casal							<0,001	
Ambos Trabalham a TC	3,1	2,4	1,4	58,2	12,7	22,3		
Homem TC, Mulher Doméstica	-	16,7	16,7	58,3	8,3	-		
Homem TC, Mulher em Outra Situação	5,8	9,7	6,5	51,6	8,4	18,1		
Mulher TC, Homem em Outra Situação	9,4	2,6	2,6	55,6	9,4	20,5		
Ambos Desempregados	17,6	11,8	11,8	41,2	5,9	11,8		
Outra	8,1	10,8	5,4	40,5	13,5	21,6		
Contributo Relativo para o Rendimento do Casal							<0,001	
Homem não tem rendimento	22,2	2,2	6,7	48,9	8,9	11,1		
Mulher tem rendimento muito superior	8,5	4,3	-	46,8	23,4	17		
Mulher tem rendimento superior	2	2,7	2	54,7	14,9	23,6		
Rendimento é semelhante	3,2	2,7	0,5	66,7	10,8	16,2		
Mulher tem rendimento inferior	3,7	2,8	1,5	55,9	11,7	24,4		
Mulher tem rendimento muito inferior	2,6	3,5	3,5	51,3	9,6	29,6		
Mulher não tem rendimento	8,4	20,5	16,9	42,2	3,6	8,4		

Legenda: TC – “Tempo Completo”

Fonte: autores

e Schellenberg, 2011), e 27% no Reino Unido (Pahl, 2008). Esta parece pois constituir uma particularidade do caso português, sobretudo se se atendermos a que estamos a considerar apenas casais com filhos dependentes, um fator que costuma aparecer como sendo determinante da opção pela gestão conjunta. As razões explicativas podem eventualmente ser encontradas, como avançaram Coelho *et al.* (2014), nos efeitos decorrentes da participação exceçãoalmente elevada das mulheres portuguesas (em particular das mães) no mercado de trabalho (Coelho e Ferreira-Valente, 2014)³. O aumento progressivo da autonomia financeira das mulheres e o seu contributo para o orçamento familiar poderá, com efeito, ter contribuído significativamente para mudanças nas representações e nos papéis de género nas últimas décadas (Aboim, 2008; Vogler e Pahl, 1993; Vogler et al. 2006), com expressão também no domínio da gestão financeira das famílias, conduzindo a um padrão pós-moderno de gestão.

Em congruência com esta hipótese, as restantes modalidades de gestão das finanças familiares têm uma representação apenas residual no contexto português (12% no total), semelhante à encontrada no Reino Unido (Burgoyne *et al.* 2007), mas mais baixa do que a encontrada nos Estados Unidos da América (28%; Kenney, 2006) ou no Canadá (20%; Laporte e Schellenberg, 2011). Trata-se de modalidades de gestão habitualmente

³ A taxa de emprego feminino em equivalente a tempo integral aumentou consistentemente, em Portugal, desde a década de 1970, tendo atingido o seu pico no ano 2008. Em 2013, o seu valor era 62%, um dos mais elevados na União Europeia, superado apenas pela Alemanha (72%) e pela Suécia (77%), sendo ainda muito superior a outros países do Sul da Europa, como Espanha (53%), Itália (50%) e Grécia (43%).

apresentadas na literatura como típicas de casais com baixos níveis de escolaridade e de rendimento. Na nossa amostra destacam-se em casais desempregados ou com mulher doméstica, e em que pelo menos um dos cônjuges, o homem (no caso da gestão integral pela mulher) ou a mulher (na gestão integral pelo homem e na mesada para o governo da casa), não auferem rendimento (Coelho *et al.* 2014; Kenney, 2006; Vogler, 2005; Vogler e Pahl, 1993). Aquelas 3 formas de gestão são também relativamente prevalentes nos Açores e no Algarve, o que pode eventualmente estar associado à predominância de ideologias e práticas mais tradicionais nestas regiões no que respeita às relações de género e ao casamento.

3.2. Gerir o Orçamento Familiar Antes e Durante a Crise Económica

Para conhecermos eventuais alterações às formas de gestão das finanças familiares em resultado da crise económica, perguntámos aos participantes se tinham alterado a sua modalidade de gestão, bem assim como as eventuais razões dessa alteração. Perguntamos, ainda, qual a modalidade utilizada antes do agravamento da crise, tomando como ano de referência 2010. Os resultados encontrados são apresentados na tabela 7.

Como pode ser visto, a distribuição das formas de gestão é muito semelhante em 2010 e 2014. Com efeito, dos 1001 casais, apenas 44 declararam ter alterado a forma de gestão do seu orçamento. Embora a maioria destes o tenha feito nos últimos 4 anos (desde 2010), em apenas cerca de metade dos casos (47%) tal aconteceu em consequência direta ou indireta da crise. Nestes casos, o desemprego foi apontado como fator explicativo por 14 casais. Assim, parece poder concluir-se que a crise económica, apesar de acarretar alterações à afetação dos recursos familiares, e também ao nível das poupanças e do endividamento (Coelho *et al.* em preparação),

Tabela 7. Formas de Gestão do Orçamento Familiar e Alterações

	N	%
Modalidade de Gestão – Ano 2010		
FWW	32	3,6
MWW	36	4
HKA	22	2,4
JP	516	57,5
PP	105	11,7
IMS	187	20,8
Casais que Alteraram a Forma de Gestão	44	4,4
Tempo (em anos) decorrido desde a alteração		
Até 1 ano	9	25,0
Entre 2 e 4 anos	21	58,3
5 ou mais anos	6	16,7
Circunstâncias que motivaram a alteração		
Desemprego	14	36,8
Dificuldades em fazer face às despesas mensais	2	5,3
Aumento das despesas	2	5,3
Para melhorar a forma de gestão	5	13,2
Para tornar a gestão mais fácil	4	10,4
Casamento ou nascimento dos filhos	3	7,9
Garantir independência	3	7,9
Outra(s)	5	13,2

Fonte: autores

não se reflete no imediato nas formas de gestão do casal propriamente ditas. Será de supor a existência de um certo conservadorismo e resistência à mudança neste domínio da vida dos casais, eventualmente determinados pela natureza estrutural e estruturante das questões financeiras na própria relação conjugal (tal como os valores, as ideologias e as práticas). Podemos também admitir a existência de outros fatores, amortecedores das consequências da crise (por exemplo, as solidariedades familiares intergeracionais) que, a par de um padrão de gestão já antes pós-moderno, justifiquem a não ocorrência de alterações significativas neste domínio.

4. Conclusão

O estudo das formas de gestão das finanças conjugais, através de metodologias quantitativas e junto de uma amostra tendencialmente representativa dos casais com filhos, é pioneiro em Portugal. Os contributos anteriores combinaram metodologias qualitativas (Delaunay, 2000) e análise de fontes secundárias de informação (ICOR 2010; Coelho, 2013; Coelho *et al.* 2014; Ferreira-Valente e Coelho, 2014; Nagy *et al.* 2012), não permitindo uma comparação com os resultados patentes na literatura internacional, dadas as diferenças metodológicas existentes. Por outro lado, o estudo das formas de gestão e das suas alterações em consequência da crise também não haviam sido, até agora, alvo de estudo em Portugal.

Neste estudo procuramos ir ao encontro destas lacunas da literatura. Apesar das limitações metodológicas inerentes, nomeadamente ao seu *design* transversal e ao facto de não ter sido possível cumprir com rigor as quotas estabelecidas na construção da amostra, os resultados encontrados sugerem que uma parcela significativa dos resultados patentes na literatura se aplica também ao caso português. Em sentido contrário, podemos no entanto sublinhar, por um lado, a maior prevalência da gestão conjunta parcial entre os casais portugueses com filhos dependentes e, por outro, a relação entre as formas de gestão, o estatuto da relação, a composição do agregado familiar, a área de residência, o rendimento por adulto equivalente, o contributo da mulher para o rendimento do casal, a escolaridade dos cônjuges e a sua situação profissional.

A crise económica e suas consequências parecem não acarretar um impacto claro e inequívoco sobre as formas de gestão das finanças familiares. A gestão das finanças parece, deste modo, constituir uma dimensão estrutural da vivência conjugal, eventualmente definida em função de variáveis não afetadas diretamente pela crise económica e sua particular temporalidade, como sejam a socialização e as ideologias prevalecentes sobre género e casamento. É, no entanto, também possível que mudanças nesta dimensão da vida familiar e conjugal resistam no imediato, mas possam vir a ocorrer ao longo dos próximos anos, de forma gradual e por ajustamentos sucessivos, sobretudo se a crise económica se prolongar no tempo. Essa é uma realidade que só futuros estudos de cariz longitudinal ou por recurso a metodologias qualitativas permitirão aferir.

Referências

- ABOIM, S. (2005), “Dinâmicas de Interação e Tipos de Conjugalidade”. In K. Wall (ed.), *Famílias em Portugal - Percursos, Interações, Relações Sociais*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 231-302.
- ABOIM, S. (2008), “Género e Modernidade: A Construção Pública do Privado”. In M. Villaverde, K. Wall, S. Aboim, F. C. Silva, (Eds.), *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 561-582.
- ABOIM, S. (2011), “Jovens e vida familiar”. *Observatório Permanente da Juventude*, Disponível em <http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/setembro-2011>, [consultado em 1-04-2014].
- ASHBY, K. J., BURGOYNE, C. B. (2008), “Separate financial entities? Beyond categories of money management”. *Journal of Socio Economics*, 37 (2), pp. 458-480.
- BENNETT, F. (2013), “Researching Within-Household Distribution: Overview, Developments, Debates, and Methodological Challenges”. *Journal of Marriage and Family*, 75, pp. 582-597.

- BURGOYNE, C. B., REIBSTEIN, J., EDMUNDS, A. M., DOLMAN, V. (2007), “Money management systems in early marriage: Factors influencing change and stability”. *Journal of Economic Psychology*, 28, pp. 214–228.
- BURGOYNE, C. B., REIBSTEIN, J., EDMUNDS, A. M., ROUTH, D. A. (2010), “Marital Commitment , Money and Marriage Preparation: What Changes after the Wedding?”. *Journal of Community Applied Social Psychology*, 20, pp. 390-403.
- COELHO, L. (2013), “O meu, o teu, o nosso dinheiro: Contributos para o estudo da gestão das finanças conjugais em Portuga”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 101, pp. 89-110.
- COELHO, L., FERREIRA-VALENTE, M.A. (2014), “The Economic Empowerment of Portuguese Women at the Crossroads: An Accomplishment Facing the Tourniquet of the Crisis”. In *Book of Abstracts of the 18th ISA World Congress of Sociology*, Yokohama [JP]: International Sociological Association, pp. 180, Disponível em <http://www.isa-sociology.org/congress2014/isa-wcs2014-book-of-abstracts.pdf>, [consultado em 02-09-2014].
- COELHO, L., FERREIRA-VALENTE, A., CORDEIRO SANTOS, A., FRADE, C., VIEIRA, C., JESUS, F., OLIVEIRA, M., MARQUES, R., PORTUGAL, S. (2014), *Finances, Gender and Power: How are Portuguese Households Managing their Finances in the Context of Economic Crisis?—Preliminary Results*, Coimbra, CES, 91, Disponível em . http://www.ces.uc.pt/fct/Relatorio_1_FINFAM_Versao_1_Abril2014.pdf, [consultado em 02-05-2014].
- CROMPTON, R., LYONETTE, C. (2007), “Família, género e articulação entre trabalho e vida privada: comparação dos casos britânico e português”. In K. Wall., L. Amâncio (Eds.), *Família e Género, Atitudes Sociais dos Portugueses*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 93-128.
- DELAUNAY, C. (2000), “Quotidianos conjugais: a decisão financeira como forma de poder. Poder familiar clarificação do conceito”. *Forum Sociológico*, 3/4, pp. 157-178.
- FERREIRA, P. (2000), “Criação da versão portuguesa do MOS SF-36. Parte I – Adaptação cultural e linguística”. *Acta Médica Portuguesa*, 13 (1-2), pp. 55-66.
- FERREIRA-VALENTE, A., COELHO, L. (2014), “Family Money Management Arrangements: Using the 2010 Statistics on Income and Living Conditions Survey to Study the Portuguese Case”. In *Book of Abstracts of the 18th ISA World Congress of Sociology*, Yokohama [JP]: International Sociological Association, pp. 276, Disponível em <http://www.isa-sociology.org/congress2014/isa-wcs2014-book-of-abstracts.pdf>, [consultado em 02-09-2014].
- HEIMDAL, K., HOUSEKNECHT, S. (2003), “Cohabiting and Married Couples’ Income Organization: Approaches in Sweden and the United States”. *Journal of Marriage and Family*, 65, pp. 525–538.
- ISENGARD, B., SZYDLIK, M. (2012), “Living Apart (or) Together? Coresidence of Elderly Parents and Their Adult Children in Europe”. *Research on Aging*, 34, pp. 449–474.
- JAPPENS, M., VAN BAVEL, J. (2012), “Regional family norms and child care by grandparents in Europe”. *Demographic Research*, 27, pp. 85-120.
- JOSEPH, R., ROWLINGSON, K. (2011), “Her house, his pension? The division of assets among (ex)couples and the role of policy”. *Social Policy and Society*, 11, pp. 69-80.
- KENNEY, C. (2006), “The Power of the Purse: Allocative Systems and Inequality in Couple Households”. *Gender Society*, 20, pp. 354-381.
- LAPORTE, C., SCHELLENBERG, G. (2011), “Income management strategies of older couples in Canada”. *Canadian Studies in Population*, 38 (3-4), pp. 1-22.
- LAUER, S. R., YODANIS, C. (2011), “Individualized marriage and the integration of resources”. *Journal of Marriage and Family*, 73, pp. 669-683.

- LEWIS, J. (2001), *The End of Marriage*, Cheltenham: Edward Elgar.
- LUDWIG-MAYERHOFER, W., ALLMENDINGER, J., HIRSELAND, A., SCHNEIDER, W. (2011), “The power of money in dual-earner couples: A comparative study”. *Acta Sociologica*, 54 (4), pp. 367-383.
- LUDWIG-MAYERHOFER, W., GARTNER, H., ALLMENDINGER, J. (2006), “The allocation of money in couples: The end of inequality?” *Zeitschrift Fur Soziologie*, 35 (3), pp. 212-226.
- MARTÍNEZ, C., MÉNDEZ, C., DEMA MORENO, S., PASCUAL, M. (2004), “[*Money, love and individualization: economic relationships in contemporary couples/families*]”, Oviedo: KRK Ediciones. [Spanish]
- MARÔCO, J. (2014), *Análise Estatística com o SPSS Statistics*, Pêro Pinheiro, Report Number.
- GEORGE, M., PINILLA, R., ABOUD, S., SHEA, J., RAND, C. (2013), “Innovative use of a standardized debriefing guide to assist in the development of a research questionnaire with low literacy demands”. *Applied Nursing Research*, 26, pp. 139–142.
- NAGY, I., MEDGYSI, M., LELKES, O. (2012), “The 2010 Ad hoc EU SILC module on the intra-household sharing of resources”. *Research note of the income distribution and living conditions network of the social situation observatory, 3/2012*, Disponível em <http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=9807&langId=en>, [consultado em 01-04-2014].
- OROPESA, R. S., LANDALE, N. S., KENKRE, T. (2003), “Income allocation in marital and cohabiting unions: The case of mainland Puerto Ricans”. *Journal of Marriage and Family*, 65 (4), pp. 910-926.
- OTT, R. L., LONGNECKER, M. (2010), *An introduction to statistical methods and data analysis* (6ª Ed.), Belmont (EUA): Brooks/Cole.
- PAIS-RIBEIRO, J. (1999), *Investigação e avaliação em psicologia e saúde*, Lisboa: Climepsi.
- Pais-Ribeiro, J. (2005), *O importante é a saúde: estudo de adaptação de um instrumento para avaliar o estado de saúde*, Lisboa: Fundação Merck Sharp Dohme.
- PAIS-RIBEIRO, J. SILVA, I., FERREIRA, T., MARTINS, A., MENESES, R., BALTAR, M. (2007), “Validation study of a Portuguese version of the Hospital Anxiety and Depression Scale”, *Psychology, Health Medicine*, 12 (2), pp. 225–237.
- PAHL, J. (1989), *Money and Marriage*, London: Macmillan.
- PAHL, J. (1995), “His money, her money: Recent research on financial organisation in marriage”. *Journal of Economic Psychology*, 16 (3), pp. 361-376.
- PAHL, J. (2008), “Family finances, individualisation, spending patterns and access to credit”. *The Journal of Socio-Economics*, 37, pp. 577–591.
- RAIJAS, A. (2011), “Money management in blended and nuclear families”. *Journal of Economic Psychology*, 32 (4), pp. 556-563.
- SÃO JOSÉ, J. (2012), “Entre a gratificação e a opressão: os significados das trajetórias de cuidar de um familiar idoso”. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, número temático: envelhecimento demográfico*, 123-150.
- SONNENBERG, S. (2008), “Household financial organisation and discursive practice: Managing money and identity”. *Journal of Socio-Economics*, 37 (2), pp. 533-551.
- TODD, C., BRADLEY, C. (1994), “Evaluating the design and development of psychological scales”. In C. Bradley (Ed.), *Handbook of psychology and diabetes*, Swizerland: Hardwood Academic Press, pp. 15-42.
- VOGLER, C. (1998), “Money in the household: some underlying issues of power”. *The Sociological Review*, 46 (4), pp. 687–713.

- VOGLER, C. (2005), “Cohabiting couples: rethinking money in the household at the beginning of the twenty first century”. *The Sociological Review*, 53 (1), 1-29.
- VOGLER, C., BROCKMANN, M., WIGGINS, R. D. (2006), “Intimate relationships and changing patterns of money management at the beginning of the twenty-first century”. *British Journal of Sociology*, 57 (3), pp. 455-482.
- VOGLER, C., BROCKMANN, M., WIGGINS, R. D. (2008), “Managing money in new heterosexual forms of intimate relationships”. *Journal of Socio Economics*, 37 (2), pp. 552-576.
- VOGLER, C., PAHL, J., (1993), “Social and economic change and the organisation of money within marriage”. *Work, Employment and Society*, 7 (1), pp. 71-95.
- VOGLER, C., PAHL, J. (1994), “Money, Power and Inequality within Marriage”. *Sociological Review*, 42 (2), pp. 263-288.
- WALL, K. (2007), “Atitudes face à divisão familiar do trabalho em Portugal e na Europa”. In K. Wall, L. Amâncio (Eds.), *Família e Género, Atitudes Sociais dos Portugueses*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 211-257.
- WARE, J.E., SHERBOURNE, C.D. (1992). “The MOS 36-Item Short-Form Health Survey (SF-36), Conceptual framework and item selection”. *Medical Care*, 30, pp. 473-83.
- YODANIS, C., LAUER, S. (2007), “Economic inequality in and outside of marriage: Individual resources and institutional context”. *European Sociological Review*, 23 (5), pp. 573-583.
- ZIGMOND, A. P., SNAITH, R. P. (1983), “The Hospital Anxiety and Depression Scale”. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 67, pp. 361 – 370.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto “Finanças, Género e Poder: como estão as famílias portuguesas a gerir as suas finanças no contexto da crise?” (PTDC/IVC-SOC/4823/2012 – FCOMP-01-0124-FEDER-029372), financiado por fundos FEDER, através do Programa Operacional Fatores de Competitividade – COMPETE, e por fundos Nacionais, através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

As autoras agradecem à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) pelo apoio concedido. Agradecem também os comentários dos vários membros da equipa de investigação, bem assim como os contributos de Cristina Vieira para a construção do questionário utilizado e de Raquel Ribeiro para a construção das bases de dados. Gostariam ainda de agradecer o apoio de todas as pessoas e instituições que contribuíram para a divulgação do estudo e para o processo de recolha de dados.